



PROVA SUBJETIVA
GRUPO I



Prezado (a) Candidato (a)

1. **VERIFIQUE**, com muita atenção, este **CADERNO DE PROVA**. Deve conter uma questão na primeira parte e 6 (seis) na segunda parte, 10 (dez) folhas pautadas, frente e verso, e 5 (cinco) folhas para rascunho. As folhas destinadas a rascunho poderão ser destacadas e levadas consigo.
2. **CONSTATANDO qualquer anormalidade** (página sem impressão, página repetida, ausência de página e correspondentes questões ou impressão defeituosa), solicite imediatamente a substituição.
3. **PARA SUA SEGURANÇA:**
 - a) **preencha**, em letra de forma, **os campos reservados para nome, nº de inscrição e UF**, abaixo da linha picotada; **APONHA SUA ASSINATURA** no espaço a ela destinado;
 - b) **não danifique a linha picotada;**
 - c) **a existência em suas respostas de nome, assinatura, rubrica, ou qualquer anotação ou sinal que permita identificar o candidato, ACARRETARÁ A ANULAÇÃO DE SUA PROVA** (Regulamento do Concurso, art. 34, § 6º).
 - d) **observe rigorosamente o LIMITE DE LINHAS para a resposta que o examinador tenha fixado** (Regulamento do Concurso, art. 32, § 4º), uma vez que **não serão consideradas as linhas excedentes;**
 - e) **UTILIZE FOLHAS INDIVIDUAIS PARA CADA QUESTÃO. USE O VERSO APENAS PARA CONTINUAÇÃO DA DISSERTAÇÃO OU DE UMA QUESTÃO;**
 - f) **sendo insuficiente o número de folhas (rascunho/resposta) constantes do Caderno de Prova, solicite ao fiscal mais próximo folhas adicionais;**
 - g) **reveja as questões**, conferindo suas respostas, **antes de transcrevê-las** em definitivo, **evitando rasuras** que poderão dificultar o entendimento de suas respostas.

PREENCHA OS CAMPOS ABAIXO:

(Reservado ao MPF)

NOME: _____

Nº DE INSCRIÇÃO: _____ **UF:** _____

ASSINATURA: _____

RS
SEC
Fls. 20

GRUPO I

PRIMEIRA PARTE

Dissertação

Uma associação de servidores públicos – entidade Y – impetrou mandado de segurança coletivo, pedindo correção de enquadramento funcional. A autoridade coatora, em suas informações, arguiu: **a)** a entidade impetrante estava a defender interesse de, apenas, uma parte da categoria que substituíra; **b)** não houve autorização dos associados, para a impetração; **c)** a entidade impetrante não promoveu a citação de litisconsorte passivo necessário, no prazo assinado pelo magistrado; **d)** havia controvérsia sobre matéria de direito, de modo que inexistia direito líquido e certo.

Emita parecer, como órgão do Ministério Público, sobre as arguições suscitadas pela autoridade coatora, analisando-as pelo ângulo jurídico.

SEGUNDA PARTE

Questões

1. Importância jurídica dos princípios constitucionais e dos preceitos fundamentais.
2. Conceituação do instituto do indigenato.
3. Em relação aos contratos administrativos, discorra sobre os seguintes aspectos: **a)** restrições ao uso da *exceptio non adimpleti contractus*; **b)** conceito e, pelo menos, dois exemplos das denominadas cláusulas exorbitantes e **c)** aplicação da cláusula *rebus sic stantibus* nos seus desdobramentos de força maior, caso fortuito, fato do príncipe e fato da Administração. **(responder em até 25 linhas)**
4. No que diz respeito aos atos administrativos, explique os seguintes aspectos: **a)** teoria dos motivos determinantes; **b)** momento adequado para motivar os atos administrativos vinculado e discricionário. **(responder em até 25 linhas)**

GRUPO I

5. Isenção de ICMS, pela União Federal, sobre produtos destinados ao exterior. Constituição Federal: arts. 150, § 6º, 151, III, 155, II, § 2º e XII, "g" e 21, I. Incidência ou não da vedação. Justificar. (**responder em até 20 linhas**)
6. Despesa Pública. Processamento. Empenho. Liquidação. Restos a pagar. Contingenciamento. Conceituação. (**responder em até 20 linhas**)

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DO CONCURSO
21º CPR

Brasília, novembro de 2004



PROVA SUBJETIVA
GRUPO II



Prezado (a) Candidato (a)

1. **VERIFIQUE**, com muita atenção, este **CADERNO DE PROVA**. Deve conter uma questão na primeira parte e 6 (seis) na segunda parte, 10 (dez) folhas pautadas, frente e verso, e 5 (cinco) folhas para rascunho. As folhas destinadas a rascunho poderão ser destacadas e levadas consigo.
2. **CONSTATANDO qualquer anormalidade** (página sem impressão, página repetida, ausência de página e correspondentes questões ou impressão defeituosa), solicite imediatamente a substituição.
3. **PARA SUA SEGURANÇA:**
 - a) **preencha**, em letra de forma, **os campos reservados para nome, nº de inscrição e UF**, abaixo da linha picotada; **APONHA SUA ASSINATURA** no espaço a ela destinado;
 - b) **não danifique a linha picotada;**
 - c) a existência em suas respostas de nome, assinatura, rubrica, ou qualquer anotação ou sinal que permita identificar o candidato, **ACARRETARÁ A ANULAÇÃO DE SUA PROVA** (Regulamento do Concurso, art. 34, § 6º).
 - d) observe rigorosamente o **LIMITE DE LINHAS** para a resposta que o examinador tenha fixado (Regulamento do Concurso, art. 32, § 4º), uma vez que não serão consideradas as linhas excedentes;
 - e) **UTILIZE FOLHAS INDIVIDUAIS PARA CADA QUESTÃO. USE O VERSO APENAS PARA CONTINUAÇÃO DA DISSERTAÇÃO OU DE UMA QUESTÃO;**
 - f) sendo insuficiente o número de folhas (rascunho/resposta) constantes do Caderno de Prova, solicite ao fiscal mais próximo **folhas adicionais;**
 - g) **reveja as questões**, conferindo suas respostas, **antes de transcrevê-las** em definitivo, **evitando rasuras** que poderão dificultar o entendimento de suas respostas.

PREENCHA OS CAMPOS ABAIXO:

(Reservado ao MPF)

NOME: _____

Nº DE INSCRIÇÃO: _____ UF: _____

ASSINATURA: _____

GRUPO II



PRIMEIRA PARTE

Dissertação

Os direitos de personalidade. 1. Constitucionalização e personalização do direito civil. Esboço histórico. 2. Fontes normativas do direito geral de personalidade. 3. A eficácia privada dos direitos fundamentais

O texto da dissertação deve conter, no máximo, 60 linhas. O que estiver escrito a partir da 61ª linha não será objeto de avaliação.

SEGUNDA PARTE

Questões

1. Conceitue o princípio da boa-fé objetiva, analisando, de maneira sucinta, as hipóteses em que ocorre a sua expressa positivação no novo Código Civil. **(responder em até 15 linhas. O que ultrapassar não será considerado)**
2. Adição da posse. Requisitos. Possibilidade, para o implemento do requisito temporal, em caso de sucessão singular e universal, nas espécies constitucionais de usucapião. **(responder em até 15 linhas. O que ultrapassar não será considerado)**
3. Apuração e julgamento dos abusos do poder econômico pelo CADE. Decisões. Sua Natureza. Sistema Híbrido. Sua execução. **(responder em até 20 linhas. O que ultrapassar não será considerado)**
4. Profissionais liberais: caracterização. Serviços prestados: natureza. Sociedade profissional. Responsabilidade civil. **(responder em até 20 linhas. O que ultrapassar não será considerado)**
5. Considerando que a abstração que se faz para entender que é o Estado quem exerce a jurisdição, embora os atos correspondentes seja materialmente realizados pelos juizes, tem como consectário a característica da impessoalidade, que qualifica a atuação destes, responda fundamentadamente:
a) - quais as conseqüências, todas centradas na idéia da presença do Estado e não da pessoa física do juiz como sujeito processual, que decorrem da compreensão acima descrita? **b)** – quais os mais importantes desdobramentos

GRUPO II

da impessoalidade da atividade jurisdicional? (**responder em até 15 linhas. O que ultrapassar não será considerado**)

6. Leia com atenção os enunciados abaixo:

1º) – Em razão de acidente causado por Pedro, os veículos de João e Manoel foram simultaneamente danificados. Com o objetivo de obterem a devida indenização pelos danos verificados em seus respectivos veículos, João e Manoel, em conjunto, propuseram a pertinente ação condenatória em face de Pedro, a quem imputaram a responsabilidade pelo acidente.

2º) – Afirmando a existência de reiteradas infrações da mesma cláusula contratual, Celso propôs ação com a finalidade de obter a resolução do respectivo contrato em face do contratante José, responsável pelo reiterado descumprimento contratual.

Considerando as hipóteses descritas acima, **responda fundamentadamente se**, em cada uma delas, **a causa de pedir é única ou plural. (responder em até 15 linhas. O que ultrapassar não será considerado)**



PROVA SUBJETIVA
GRUPO III



Prezado (a) Candidato (a)

1. **VERIFIQUE**, com muita atenção, este **CADERNO DE PROVA**. Deve conter uma questão na primeira parte e 6 (seis) na segunda parte, 10 (dez) folhas pautadas, frente e verso, e 5 (cinco) folhas para rascunho. As folhas destinadas a rascunho poderão ser destacadas e levadas consigo.
2. **CONSTATANDO qualquer anormalidade** (página sem impressão, página repetida, ausência de página e correspondentes questões ou impressão defeituosa), solicite imediatamente a substituição.
3. **PARA SUA SEGURANÇA:**
 - a) **preencha**, em letra de forma, **os campos reservados para nome, nº de inscrição e UF**, abaixo da linha picotada; **APONHA SUA ASSINATURA** no espaço a ela destinado;
 - b) **não danifique a linha picotada;**
 - c) **a existência em suas respostas de nome, assinatura, rubrica, ou qualquer anotação ou sinal que permita identificar o candidato, ACARRETARÁ A ANULAÇÃO DE SUA PROVA** (Regulamento do Concurso, art. 34, § 6º).
 - d) **observe rigorosamente o LIMITE DE LINHAS para a resposta que o examinador tenha fixado** (Regulamento do Concurso, art. 32, § 4º), uma vez que não serão consideradas as linhas excedentes;
 - e) **UTILIZE FOLHAS INDIVIDUAIS PARA CADA QUESTÃO. USE O VERSO APENAS PARA CONTINUAÇÃO DA DISSERTAÇÃO OU DE UMA QUESTÃO;**
 - f) **sendo insuficiente o número de folhas (rascunho/resposta) constantes do Caderno de Prova, solicite ao fiscal mais próximo folhas adicionais;**
 - g) **reveja as questões**, conferindo suas respostas, **antes de transcrevê-las** em definitivo, **evitando rasuras** que poderão dificultar o entendimento de suas respostas.

PREENCHA OS CAMPOS ABAIXO:

(Reservado ao MPF)

NOME: _____

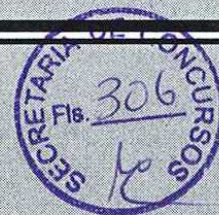
Nº DE INSCRIÇÃO: _____ UF: _____

ASSINATURA: _____

GRUPO III

PRIMEIRA PARTE

Dissertação



Situação-problema.

Favor abordar os **5 (cinco)** aspectos processuais penais que a situação apresenta, fazendo-o no máximo em **30 (trinta)** linhas, visto que também há de ser avaliada a clareza e objetividade na exposição escrita.

1. X ajuizou queixa-crime contra **Z**, atualmente exercendo o cargo de Secretário Especial vinculado à Presidência da República, quando **Z** era Prefeito Municipal.

2. X imputou a **Z** ofensa à honra dele, **X**, quando **Z** afirmara, em debate no período eleitoral que **X**, administrador público, favorecera determinada empresa, inflando a dívida pública para com esta, assim beneficiando seus dirigentes.

3. X ajuizou a queixa-crime na Justiça Estadual comum.

4. O Tribunal de Justiça, que recebera a queixa-crime, concluída a instrução criminal, declinou da competência e encaminhou os autos ao Tribunal Eleitoral, não decidindo, no mérito, o feito.

5. Porque **Z** não mais ostentava a condição de Prefeito Municipal, e o fato articulado não perpetrara nesta condição funcional, o Tribunal Regional Eleitoral declarou-se incompetente, e remeteu os autos ao Juízo Eleitoral de 1º grau.

6. Nessa sede, após frustrada a tentativa de transação penal, o MM. Julgador **a quo** decidiu pelo aproveitamento da prova produzida, abrindo vistas ao Ministério Público, que se reportou, simplesmente, às alegações escritas ofertadas ante o Tribunal de Justiça.

7. O juízo monocrático acolheu a pretensão punitiva pelo delito de injúria, aplicando a sanção no mínimo legal.

8. Recorre o réu e o ofendido, este na qualidade de assistente.

9. O primeiro articula:

error in procedendo no aproveitamento da prova penal, como feito;

error in procedendo por não concessão de prazo às alegações escritas da defesa;

cerceamento de defesa por impossibilidade de argüição da **exceptio veritatis**;

não conhecimento do recurso do assistente, por **ilegitimatio ad causam**.

10. O segundo articula:

a condição ostentada de querelado a legitimar-se ao recurso, e pede a exasperação da pena.

SEGUNDA PARTE

GRUPO III



Questões

1. O que significa "*captação de sufrágio*", vedada por lei? Quais as sanções aplicáveis nas hipóteses de sua prática por candidatos nos pleitos eleitorais?
2. É conduta vedada aos agentes públicos nas campanhas eleitorais comparecer, às expensas do erário, nos três meses que antecedem o pleito, a inauguração de obra pública para manifestar apoio político a candidato ou candidata a cargo do Poder Executivo? O candidato ou candidata pode comparecer à inauguração? Há sanções legais? Porque?
3. Analisar o art. 183 da Lei n. 9.472, de 16.07.97, na perspectiva dos itens a seguir relacionados, de modo a demonstrar conhecimento sobre as questões que têm sido objeto de discussão na doutrina e jurisprudência, bem como sobre os argumentos invocados:
 - a) – princípio da intervenção mínima do direito penal;
 - b) – bem jurídico tutelado;
 - c) – liberdade de expressão e à informação;
 - d) – art. 70 da Lei n. 4.117, de 27.08.62;
 - e) – crimes de perigo.
4. Da mesma forma, proceder à análise do art. 168-A do Código Penal:
 - a) – efeitos do pagamento do débito;
 - b) – efeitos do parcelamento do débito.
5. Numa situação de arquivamento do inquérito policial pode acontecer decisão com a marca da imutabilidade plena? (**responder em até 10 linhas. O que ultrapassar não será considerado**)
6. **X** é absolvido por fundamentação pertinente ao reconhecimento de estado de necessidade exculpante. Cabe o ajuizamento da *actio civilis ex delicto*? (**responder em até 10 linhas. O que ultrapassar não será considerado.**)